



XXXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA | QUESTÕES DISCURSIVAS

004. CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO
E DIREITO TRIBUTÁRIO

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

QUESTÃO 01 – DIREITO CONSTITUCIONAL (60 pontos)

Pedro, Promotor de Justiça, decidiu realizar um estudo a respeito dos alicerces teóricos do processo informal de modificação do conteúdo das normas constitucionais, de modo que, a partir do mesmo texto, em razão de fatores circunstanciais diversos, pudesse ser delineada norma de conteúdo distinto daquela anteriormente obtida. A decisão decorria do fato de ter a necessidade de sustentar, em um processo de tutela coletiva do patrimônio público, que determinado significado atribuído ao texto constitucional, sedimentado há anos, não se harmonizava com o ambiente sociopolítico atual e, particularmente, com as necessidades básicas da coletividade que buscava proteger naquele feito.

Para subsidiar o entendimento que iria sustentar em sua atuação funcional, que não desconsideraria os balizamentos oferecidos pela Constituição formal e seria necessariamente permeado por referenciais axiológicos e deontológicos, Pedro decidiu que o melhor caminho seria cotejar o referido processo informal com os métodos de interpretação capitaneados pelo método concretizador, especialmente na perspectiva estruturante preconizada por Friedrich Müller, pelo realismo jurídico norte-americano e pela tópica pura.

Promova o cotejo referido por Pedro, indicando os pontos de contato e de distanciamento entre cada um dos métodos indicados, tendo em vista a base argumentativa que o referido Promotor de Justiça pretende adotar.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL (40 pontos)

Maria, Promotora de Justiça, recebeu, para parecer, os autos da ação de reparação de danos em que figuravam como partes X, criança representada por seus pais, e Y, conhecido apresentador de programa televisivo. De acordo com os autos, Y, no exercício de sua liberdade de expressão, teria ofendido a honra de X. Uma das partes argumentava que a ponderação dos interesses em disputa, à luz dos circunstancialismos fáticos e jurídicos subjacentes ao caso, dava-lhe razão, enquanto a outra aduzia que o potencial expansivo do seu direito a situava no plano da juridicidade.

Para se posicionar sobre a questão, Maria decidiu se debruçar sobre a teoria dos direitos fundamentais, de modo a compreender a base teórica dos argumentos apresentados por cada uma das partes. Para tanto, iria considerar a forma como devem ser delineadas as normas constitucionais, que lastreiam direitos fundamentais, considerando o tratamento teórico a ser dispensado a eventuais restrições ao seu alcance.

Indique as teorias de direitos fundamentais a serem consideradas por Maria e o alicerce estrutural de cada qual, abstendo-se de considerações em torno do critério de proporcionalidade.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 03 – DIREITO ADMINISTRATIVO (50 pontos)

Servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão foi exonerada tão logo o Administrador teve conhecimento de que ela estaria revelando segredo do qual se apropriou em razão do cargo, sendo essa a motivação do ato. A ex-servidora ingressou com mandado de segurança, 30 dias após a publicação do ato de exoneração, postulando seu imediato retorno ao cargo e pagamento de todas as verbas remuneratórias a que faria jus desde a exoneração, pois na data desta se encontrava grávida, motivo pelo qual faria jus à estabilidade conferida pela Constituição Federal, alegando ainda que não se garantiu direito ao contraditório e à ampla defesa. A autoridade apontada como coatora confirmou os fatos invocados, mas aduziu que ela não detinha mais a fidúcia do Administrador para o exercício da função, e o retorno ao cargo propiciaria à impetrante continuar divulgando informações sigilosas.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público para manifestação, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 04 – DIREITO ADMINISTRATIVO (50 pontos)

O Sindicato dos Servidores Públicos de determinado Município impetrou mandado de injunção pleiteando o reconhecimento da mora da municipalidade e o deferimento da injunção para dar eficácia plena à garantia da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores, prevista no Estatuto do Servidor, mediante o envio de projeto de lei pelo Prefeito no prazo de 30 dias.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público para manifestação, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

QUESTÃO 05 – DIREITO TRIBUTÁRIO (100 pontos)

A empresa Z, com atuação somente no Estado X, opera uma plataforma de produção de petróleo e gás natural *offshore*, uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e um depósito, no qual mantém material de apoio, que é transferido, quando necessário, para manutenção, tanto da plataforma quanto da UPGN. O petróleo produzido pela plataforma é exportado por meio de navios petroleiros. O gás natural, por sua vez, é transferido por gasoduto específico para a UPGN, onde sofre o processo de purificação, para ser integralmente vendido para sociedade de economia mista, concessionária de serviço público do próprio Estado X.

A) Discorra sobre os conceitos de *operação*, *circulação* e *mercadoria*, para fins de incidência do ICMS, enfocando a sua evolução desde o advento da Constituição de 1988, bem como se há eventual tributação oculta no caso concreto. **(30 pontos)**

B) Discorra sobre as possíveis incidências e não incidências do ICMS e sobre a não cumulatividade, no caso da atuação da empresa Z, apontando, se for o caso, os fundamentos constitucionais e legais, e os entendimentos jurisprudenciais porventura pertinentes. **(70 pontos)**

RESPOSTAS OBJETIVAMENTE JUSTIFICADAS.